

CUNHA, GODOFREDO XAVIER DA

*magistrado; min. STF 1909-1931.

Godofredo Xavier de Cunha nasceu em Porto Alegre no dia 25 de fevereiro de 1860, filho de Félix Xavier da Cunha e de Josefina Pinto Bandeira. Seu pai, um dos principais líderes do Partido Liberal Rio-Grandense, foi deputado federal de 1861 a 1864. Sua mãe descendia de Rafael Pinto Bandeira, importante figura na luta para a expulsão dos castelhanos da Colônia do Sacramento. Ao se casar com Emérita Bocaiúva, tornou-se genro de Quintino Bocaiúva, importante líder republicano que, após a proclamação da República, foi ministro das Relações Exteriores (1889-1891) senador (1890-1891, 1892-1899, 1900 e 1909-1912) e presidente do estado do Rio de Janeiro (1900-1903).

Transferindo-se em 1872 para o Rio de Janeiro, então capital do Império, aí iniciou o curso de humanidades, que concluiu em São Paulo. Também em São Paulo ingressou na Faculdade de Direito, mas concluiu o curso na Faculdade do Recife, bacharelando-se em março de 1884. Ainda nesse ano foi nomeado promotor público da comarca de Nova Friburgo (RJ), e em abril de 1885 passou a juiz municipal e de órfãos de Campos (RJ). Abolicionista, enfrentou fortes pressões dos senhores de engenho daquele município, que concentrava o maior contingente de escravos da província do Rio de Janeiro.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, à qual deu seu apoio, foi nomeado no mesmo dia, pelo governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro. Afastado do cargo em janeiro do ano seguinte, assumiu o posto de juiz de direito da comarca de Santo Antônio de Pádua (RJ), passando em seguida a exercer idêntica função na cidade do Rio de Janeiro. Ainda em 1890 foi nomeado juiz federal da seção do estado do Rio de Janeiro. Em 1896, no exercício desse cargo, requisitou pela primeira vez no país a força federal para garantir o cumprimento de um *habeas-corpus* preventivo concedido aos presidentes das mesas eleitorais de Campos, ameaçados em sua liberdade pela polícia estadual. Responsável pela eclosão de uma crise política, esse episódio ocasionou o pedido de demissão do ministro da Justiça Alberto Torres (1896-1897). Provocou também o protesto no Senado Federal de seu sogro Quintino Bocaiúva pelo caráter de intervenção federal de que se teria revestido.

Transferido em 1897 para a seção do Distrito Federal, alcançou grande popularidade

defendendo a autonomia do Poder Judiciário. Em setembro de 1909 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga de Alberto Torres. Tornou-se vice-presidente dessa corte em 1924 e presidente em fevereiro de 1927, por ocasião do falecimento de André Cavalcanti de Albuquerque. Após a Revolução de 1930, em fevereiro de 1931 foi aposentado discricionariamente — embora sob a alegação de que atingira o limite de idade — pelo governo provisório de Getúlio Vargas, juntamente com mais cinco magistrados, tendo protestado em vão contra a medida.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de agosto de 1936.

Seu filho Ranulfo Bocaiúva Cunha foi deputado federal de 1924 a 1930 e ministro do Superior Tribunal Militar de 1946 a 1957. Seu neto Luís Fernando Bocaiúva Cunha foi deputado federal de 1959 a 1964 e de 1983 a 1990.

FONTES: COSTA, E. *Grandes; Grande encic. Delta; Grande encic. portuguesa*; LAGO, L. *Supremo*.